

**Registro da 5ª. Reunião da Comissão de Acompanhamento das políticas de Memória e Verdade no Município de São Paulo**

(09/09, 16h30 – Pátio do Collegio, 5, 7º. andar)

<b>Participantes</b>	Maria Rita Khel (Comissão Nacional da Verdade); José Luiz del Roio (Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça); Ivan Seixas (Comissão Estadual da Verdade/Comissão de Familiares); Ivo Herzog (Instituto Vladimir Herzog);; Anna Ferrari, Celso Sim, Luís Cruz (X Bienal de Arquitetura SP); Ângela Mendes de Almeida (Coletivo Merlino); Adriano Diogo (ALESP); Ricardo Ohtake (Instituto Tomie Ohtake); Paula Sacchetta; Secretário Rogério Sottili (SMDHC), Carla Borges (SMDHC), Lanaís Castro (SMDHC). <b>TOTAL: 14 pessoas</b> (Lista de presenças – <b>Anexo 1</b> ).
<b>Formato</b>	16h30 – Início da reunião com Secr. Rogério Sottili 18h15 – Encerramento das atividades

**Registro das falas**

<b>Secr. Rogério Sottili</b>   (SMDHC)	Agradece a presença de todos, relembra os pontos da última reunião e apresenta os pontos de pauta: <ol style="list-style-type: none"><li>1) Memorial do Ibirapuera planejado pelo arquiteto Ricardo Ohtake;</li><li>2) Proposta de intervenção artística no Cemitério do Araçá idealizada por Celso Sim e Anna Ferrari como parte da XI Bienal de Arquitetura;</li><li>3) Estratégia para a mudança de nomes de logradouros que homenageiam pessoas que cometeram crimes de lesa-humanidade.</li></ol> <p>O Secretário abre espaço para possíveis complementações de pauta.</p> <p>Dá alguns informes gerais sobre o PL que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo (CMV/PMSP) no âmbito do executivo municipal. Comenta que avançamos muito a partir das contribuições dos participantes na última reunião, mas que não está definido seu desenho institucional, que será definido com o Prefeito. Os pontos em aberto são: o tamanho da futura comissão (há o entendimento por alguns de que quanto mais</p>
---	---



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

enxuta, melhor seria); suas atribuições no campo da justiça e a participação de familiares ou pessoas diretamente envolvidas como membros da Comissão. O período de mandato ficou definido como dois anos renováveis. Reforça a importância de que a futura Comissão se debruce sobre as responsabilidades da prefeitura durante a ditadura e que haja uma clara definição e distribuição de competências entre as Comissões atuantes em São Paulo.

Composição da futura CMV

<b>Ivo Herzog</b> (Instituto Vladimir Herzog)	Ressalta que a futura Comissão deverá ser composta por membros da sociedade civil e não por pessoas que ocupem cargos políticos que podem ser esvaziados a cada eleição. Destaca que a CMV deveria investigar somente os crimes do Estado contra a sociedade civil e que a análise da documentação da OBAN seria uma contribuição riquíssima.
<b>Ivan Seixas</b>   (Comissão Estadual da Verdade)	Sugere que a CMV não trabalhe necessariamente com mortos e desaparecidos, mas que se dedique a questões da administração municipal, que investigue os mecanismos de repressão contra a população no tempo da ditadura: “o uso da máquina pública municipal para a tortura e repressão”, principalmente em relação ao Serviço Funerário.
<b>José Luiz del Roio</b> (CPMVJ)	Vê a justiça como um eixo fundamental. A seu ver, o trabalho da CMV de qualquer jeito refletirá na justiça, pois buscar a verdade também é uma forma de fazer justiça. Indica um segundo ponto: o delicado problema das ossadas estarem sob poder da Prefeitura, dizendo que a futura CMV poderia contribuir notavelmente para a retomada da identificação. Sobre os membro que irão integrá-la, ele não exclui que sejam ex-vítimas, mas crê que sejam pessoas que tenham disponibilidade de trabalhar, sobretudo.
<b>Secr. Rogério Sottili</b>   (SMDHC)	Intervém dizendo que no final do mês de outubro será enviado para a Câmara o PL que pretende criar a Comissão. Espera-se iniciar 2014 já com a CMV estabelecida. Quanto às políticas de educação em direitos humanos desenvolvidas pela SMDHC, o Secretário apresenta atividades culturais já realizadas com foco na em DMV, que estão em linha com as políticas de descentralização territorial e de ocupação dos espaços públicos com cidadania: <b>1) Exposição fotográfica da Vala de Perus, no CEU Perus e CEU Anhanguera</b> em homenagem ao aniversário de 23 anos de descobrimento da vala, de 4 a 13 de setembro, com debate de abertura no dia 4 de setembro com a presença de Ivan Seixas, Ricardo Zaratine e da SMDHC. A Diretoria Regional



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

de Ensino de Pirituba, que abrange toda a região, interessou-se em levar a exposição para todos os CEUs de sua abrangência.

2) **Apoio da SMDHC ao evento do centenário de Joaquim Câmara Ferreira**, na rua homônima, no dia 5 de setembro, na Brasilândia, com a presença de familiares e amigos e do Sindicato dos Jornalistas.

Monumento no Ibirapuera

**Secr. Rogério Sottili** |  
(SMDHC)

Apresenta o monumento do Parque Ibirapuera, fruto das sugestões deste GT, que homenageará todos os mortos e desaparecidos em escala nacional. Mostra a maquete do projeto a todos e concede a palavra ao arquiteto Ricardo Ohtake.

**Ricardo Ohtake** |  
(Arquiteto do projeto)

Conta que o monumento ficará próximo à entrada do Portão 10, entrada pela Av. Pedro Álvares Cabral (Continuação da Av. Brasil). O local foi definido em visita realizada em conjunto com a SMDHC, a SVMA, Amelinha Teles (CFMDP) e Ivan Seixas (CEV).

O projeto do monumento tem aproximadamente 5 metros de altura e de 8 a 9 metros de largura. Explica que as placas de trás serão dispostas de forma desigual, em hastes com aparência enferrujada, enquanto as placas da frente serão colocadas uniformemente, pintadas em branco, num tom brilhante. Sobre as cinco placas brancas da frente (2,5m de altura x 0,70m de comprimento) serão gravados nomes dos mortos em baixo relevo. Na haste do meio haverá um texto (a ser definido/construído com os familiares). A lança que perfura a obra representaria subjetivamente um “basta”, uma ruptura com a omissão e a impunidade.

**Carla Borges** |  
(SMDHC)

Informa que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente havia disponibilizado dois lugares, mas um deles, próximo à Marquise de Oscar Niemayer poderia concorrer com o projeto e dificultar a aprovação. O local escolhido é visível da rua e mais acessível além de provocar um contraste com a homenagem aos militares que existe no local.

**Ivan Seixas** |  
(Comissão Estadual da Verdade)

Diz que o local escolhido, próximo à Assembléia Legislativa, é atualmente pavimentado e o asfalto será recuado, o que facilita a aprovação de projetos conforme as regras para intervenções no Parque, que é tombado.

**Maria Rita Khel** |  
(CNU)

Sugere que as placas da frente sejam em um tom de branco fosco, ao invés de brilhante. E, assim como Ivo, sugere que os nomes dos mortos e desaparecidos políticos estejam dispostos de maneira desorganizada, não em ordem alfabética, pois dessa forma as pessoas precisariam passar por vários nomes até encontrar



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

seu ente querido.

**José Luiz del  
Roio |**  
(CPMVJ)

Comenta que quando visitou o monumento para os desaparecidos em Montevideú, ficou satisfeito ver que aquele movimento é uma espécie de ponto turístico da cidade e que certamente assim será com o monumento projetado para o Ibirapuera. Diz ser bastante comovente. A prefeitura de lá distribui a cada visitante um folder explicando o porquê do monumento e isso poderia ser adotado aqui.

**Ricardo Ohtake |**  
(Arquiteto do  
projeto)

Sugere que seja feito um caderninho com um texto que explique a intenção do monumento e que os familiares possam grafar o nome de seu familiar em um papel, pois o baixo-relevo permite essa brincadeira.

**Ivo Herzog**  
(Instituto  
Vladimir Herzog)

Diz que será fenomenal se a SMDHC conseguir fazer esse monumento. “Já faz 50 anos e nunca foi feito nada nem um pouco próximo a isso”.

**Adriano Diogo**  
(CV ALESP)

Diz que o Parque é tombado por três conselhos: o municipal, o estadual e o nacional e que é preciso conseguir autorização das três instâncias. Relata a dificuldade de se construir o auditório, o museu Afro-Brasil e o planetário, que ainda hoje sofre processo judicial. Recomendou uma consulta a Marcos Cartum, arquiteto da Prefeitura de São Paulo e Nádía Somekh, também arquiteta e nova diretora do Departamento do Patrimônio Histórico e Presidente do Conpresp, para que eles acompanhassem a construção para que nada possa ser obstáculo lá na frente para a SMDHC e o vigente Secretário.

**Secr. Rogério  
Sottili |**  
(SMDHC)

Passa para o segundo ponto dizendo que a SMDHC intermediou o contato com o Serviço Funerário para autorização da realização do projeto Penetrável Genet da X Bienal de Arquitetura-SP no Cemitério do Araçá.

**Celso Sim |**  
(X BIA-SP)

*Proposta de Celso Sim para o Cemitério do Araçá*

Introduz o projeto. Conta que ele e a arquiteta Anna o conceberam com base na idéia de necrópole (Cidade dos Mortos). Conta como surgiu e evoluiu o projeto, com base em um texto do Hélio Oiticica sobre morte e ressurreição e de um texto de Jean Genet sobre urbanismo e o impenetrável da morte. De imediato pensou no cemitério da Consolação, onde figuras como Tarsila, Anita e Oswald estão enterrados, mas ao visitar o Araçá se deparou com um local ideal, o ossário, que depois descobriu ser o local onde estavam os “ossos da ditadura”, nas palavras de um agente funerário local. Tudo foi convergindo para que o



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

	<p>projeto abordasse esse tema de mortos e desaparecidos da ditadura e até agora tem recebido total apoio de todas as frentes para esse projeto. Seguindo a orientação da SMDHC, achou fundamental apresentar a idéia aos familiares e construir com eles a concepção.</p>
<p><b>Anna Ferrari</b> (X BIA – SP)</p>	<p>Comenta que a SMDHC pode contribuir muito com a construção conceitual do projeto. Desenvolve a ideia da morte impenetrável, sobre o enterro como ritual e a importância desse ritual para os familiares dos mortos e desaparecidos. Os filmes que serão projetados nos mármores falarão sobre o que quer dizer o “não enterrar, a ausência desse corpo”. Anna, assim como Celso, enfatizam a delicadeza com que o projeto deve ser realizado, pois o que pode ser emocionante para uns, pode ser agressivo para outros.</p> <p>Diz ainda que aceitaram o desafio que a SMDHC apresentou de criarem uma placa que indique que no ossário estão armazenados os restos mortais encontrados na Vala de Perus e <u>propõe que o texto da placa seja fechado em conjunto.</u></p>
<p><b>Maria Rita Khel</b> (CNV)</p>	<p>Declara que Celso é um grande parceiro do DMV na cidade. Diz que Celso não pretende por uma pedra em cima do assunto, mas na realidade, reavivá-lo. A própria performance do filme torna o cemitério um lugar de memória, assim como retoma os temas dos anônimos (mendigos e indigentes).</p>
<p><b>Ivan Seixas</b>   (Comissão Estadual da Verdade)</p>	<p>Ressalta que o grande terror do indigente não é a sua não-identificação, mas ser aquele que não tem posses, que não tem como pagar por um jazigo e sua manutenção anual.</p>
<p><b>Celso Sim</b>   (X BIA-SP)</p>	<p>Retoma o projeto: o ossário será aberto 3 ou 4 vezes por dia para grupos de 15 pessoas. A intervenção terá projeções nos mármores que formam uma espécie de labirinto. As pessoas entram e vão lendo os textos em imagens de 3 a 4 minutos, um vídeo didático e histórico. E então se inicia o filme. <u>Pede a Ivan que elabore um texto curto sobre as ossadas que estão ali.</u></p>
<p><b>Secr. Rogério Sottili</b>   (SMDHC)</p>	<p>Reforça o apoio político, moral e ético da SMDHC e deste GT a Celso, Anna e Luís têm para o projeto.</p>
<p><b>Celso Sim</b>   (X BIA-SP)</p>	<p><u>Solicita apoio para segurança 24h e para iluminação.</u> Rogério e Ivan falam sobre a possibilidade da Guarda Civil Metropolitana fazer a segurança.</p>
	<p><u>Logradouros</u></p>



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

<p><b>Secr. Rogério Sottili</b>   (SMDHC)</p>	<p>O Secretário introduz o terceiro e último ponto de pauta da reunião. Relata aos participantes o encontro com os moradores da Rua Dr. Sérgio Fleury, no dia 26 de agosto, que comprovou a importância do diálogo e nos deu muitas pistas sobre como conduzir esse processo, com um envolvimento prévio necessário dos moradores. Diz que os moradores se sentiram excluídos do processo de alteração proposto pelo PL 01-00243/2013 do Vereador Orlando Silva e isso gerou um desconforto geral em relação ao PL. Têm preocupações quanto ao ônus que podem ter em relação ao registro de seus domicílios no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e prefeririam outro nome em substituição ao do Fleury que Frei Tito. O Secretário diz que traz da reunião a lição de que constituir um diálogo e chegar conjuntamente a um determinado nível de critérios, é essencial para o processo de mudança de nomes de ruas. Propõe que levemos um leque de sugestões de nomes de pessoas que desenvolveram políticas para direitos humanos e educação e que o processo de participação dos moradores é fundamental. Há um encontro previsto com o Prefeito, que terá como pauta o PL de criação da Comissão Municipal e será o levantamento completo de nomes de logradouros.</p>
<p><b>Ivo Herzog</b> (Instituto Vladimir Herzog)</p>	<p>Assim como Ivan e Adriano Diogo, Ivo comenta que o impacto que seria causado pela mudança do nome do viaduto Costa e Silva seria muito maior do que a mudança nos nomes de ruas sem saída. O Viaduto Costa e Silva seria o mais propício para chamar a atenção da população para esse tema e precisamos de notoriedade e visibilidade.</p>
<p><b>Ivan Seixas</b>   (Comissão Estadual da Verdade)</p>	<p>Defende que a inauguração do novo nome do atual Viaduto Costa e Silva seja no dia 10 de dezembro (aniversário da Declaração de Direitos Humanos). Ivo defende que a inauguração do novo nome do atual Viaduto 31 de Março, seja no próprio dia 31 de março.</p>
<p><b>Secr. Rogério Sottili</b>   (SMDHC)</p>	<p>Gostaria que o primeiro nome da mudança fosse simbólico, por exemplo, o Viaduto 31 de Março - no Parque Dom Pedro, na Sé – que pode ser substituído por Viaduto da Democracia, por exemplo. Põe em discussão se deveria ser escolhido um Viaduto específico ou propor ao Prefeito um bloco de alterações. Os presentes sugerem que sejam levadas solicitações de alteração em bloco, mas uma alteração por PL, para que uma tramitação não trave a outra. <u>O Secretário solicita dos familiares um ofício formal pedindo a mudança do Viaduto Costa e Silva, endereçado ao Prefeito.</u></p>
<p><b>Carla Borges</b> (SMDHC)</p>	<p>Apresenta o levantamento inicial de logradouros que homenageiam pessoas que cometeram crimes de lesa-humanidade. Explica a metodologia de pesquisa adotada, explicando que construiu-se uma lista com os nomes de possíveis violadores de direitos humanos durante esse período com base no livro</p>



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

*Relatório Final*, produzido pela Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, no livro *Vala Clandestina de Perus - Desaparecidos Políticos*, no site da revista “O Berro” de Ribeirão Preto e no site Brasil nunca mais Digital. O levantamento encontrou 7 ruas, 1 avenida, 3 praças e 2 viadutos com nomes de pessoas que contribuíram com a repressão durante a ditadura.

Com base na pesquisa, sugere-se as seguintes estratégias para cada tipo de logradouro:

- A. Apresentação imediata de PL para alterar **viadutos**, que não demandam adesão dos moradores.
- B. Construção participativa de PLs para alterar **ruas e praças**, iniciando-se pelas de nome mais simbólico, de menor extensão e majoritariamente residenciais. Importante: Antes de apresentar PL, mobilizar dos moradores para apresentação da proposta e definição conjunta a respeito do novo nome (experiência R. Fleury)
- C. Critérios para a escolha dos novos nomes
  - Ter apresentado relevante contribuição para a consolidação da democracia no Brasil e/ou em São Paulo;
  - Ter apresentado relevante contribuição para os direitos humanos;
  - Ter conotação nacional ou municipal.
- D. Enquanto os nomes dos logradouros não são alterados
  - Instalar placas explicativas;
  - Realizar atos de mobilização in loco que contem a história dessas pessoas;
  - Atualizar descrição da rua constante do Dicionário de Ruas da Secretaria Municipal de Cultura.

**Celso Sim** |  
(X BIA-SP)

Levanta a possibilidade que é interessante haver abaixo das placas das ruas uma mini-biografia (nada além de duas frases) de quem leva o nome da rua.